

EMENDA Nº
(ao PLP 175/2024)

Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 3º** Serão apresentadas e aprovadas por bancada estadual até:

I – 10 (dez) emendas para os estados com até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;

II – 12 (doze) emendas para os estados com 5.000.001 (cinco milhões e um) a 10.000.000 (dez milhões) de habitantes; e

III – 14 (quatorze) emendas para os estados com mais 10.000.000 (dez milhões) de habitantes.

§ 1º Nas Bancadas Estaduais integradas por mais de 18 (dezoito) parlamentares, caberá à representação do Senado Federal a iniciativa da apresentação de 3 (três) emendas de apropriação dentre aquelas de que trata o *caput*.

§ 2º As indicações serão de responsabilidade da bancada, mediante registro em ata, que publicizará as escolhas individualizadas de seus parlamentares, e deverão ser encaminhadas aos órgãos executores e publicadas pela comissão mista prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal’.

§ 3º (Suprimir)”

JUSTIFICAÇÃO

A atuação parlamentar pressupõe a análise dos planos e orçamentos públicos a ela designados, tornando-se necessária a disponibilização de instrumentos legislativos adequados ao bom desenvolvimento desta tão importante tarefa. Isto posto, considero de extrema relevância a modificação aqui proposta, que procura viabilizar às bancadas com maior número de deputados federais maior flexibilidade na execução das emendas a que se refere o art. 166 § 12 da nossa Carta Política.



Ressalto também a necessidade da manutenção dos pressupostos constantes na Resolução 1 do ano de 2006 que, em seu artigo 47, inciso II, salvaguarda à “representação do Senado Federal a iniciativa da apresentação de 3 (três) emendas de apropriação” junto às emendas de sua respectiva bancada. Tal ação justifica-se pela exigência constitucional atribuída aos Senadores da República da representação unívoca de suas Unidades Federativas, tornando-os agentes políticos singulares dentro do Congresso Nacional.

Por fim, ciente da imprescindibilidade da transparência na *res publica*, apresentei, dentro do parágrafo segundo da presente emenda, a obrigação da publicização dos ofícios de indicação dos parlamentares de cada uma das bancadas estaduais, disciplinando, destarte, a exigência do Supremo Tribunal Federal na rastreabilidade dos recursos “a partir da origem do crédito”.

SENADOR ANTONIO HAMILTON MOURÃO

Sala das sessões, 13 de novembro de 2024.

